

# Constituição Econômica e Desenvolvimento

2022 • 2ª Edição

Gilberto Bercovici

**CONSTITUIÇÃO ECONÔMICA E DESENVOLVIMENTO**  
**2ª EDIÇÃO**

© Almedina, 2022

AUTOR: Gilberto Bercovici

DIRETOR ALMEDINA BRASIL: Rodrigo Mentz

EDITORA JURÍDICA: Manuella Santos de Castro

EDITOR DE DESENVOLVIMENTO: Aurélio Cesar Nogueira

ASSISTENTES EDITORIAIS: Isabela Leite e Larissa Nogueira

ESTAGIÁRIA DE PRODUÇÃO: Laura Roberti

DIAGRAMAÇÃO: Almedina

DESIGN DE CAPA: FBA

ISBN: 9786556275062

Abril, 2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

---

Bercovici, Gilberto

Constituição econômica e desenvolvimento /

Gilberto Bercovici. -- 2. ed. -- São Paulo :

Almedina, 2022.

ISBN 978-65-5627-506-2

1. Constituição - 1988 - Brasil 2. Desenvolvimento econômico  
3. Direito constitucional Brasil 4. Direito econômico - Brasil I. Título..

22-101269

CDU-34:33(81)

---

Índices para catálogo sistemático:

I. Brasil : Direito econômico 34:33(81)

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

Este livro segue as regras do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990).

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro, protegido por copyright, pode ser reproduzida, armazenada ou transmitida de alguma forma ou por algum meio, seja eletrônico ou mecânico, inclusive fotocópia, gravação ou qualquer sistema de armazenagem de informações, sem a permissão expressa e por escrito da editora.

EDITORA: Almedina Brasil

Rua José Maria Lisboa, 860, Conj.131 e 132, Jardim Paulista | 01423-001 São Paulo | Brasil

www.almedina.com.br

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 – O AINDA INDISPENSÁVEL DIREITO ECONÔMICO	15
CAPÍTULO 2 – LIMITES DA REGULAÇÃO: ESBOÇO PARA UMA CRÍTICA METODOLÓGICA DO “NOVO DIREITO PÚBLICO DA ECONOMIA”	33
CAPÍTULO 3 – A CONSTITUIÇÃO ECONÔMICA	45
3.1. Algumas Premissas para o Entendimento da Constituição Econômica	45
3.2. Breve Panorama Histórico de Algumas Experiências Internacionais de Constituição Econômica	47
3.3. A Constituição Econômica: Novidade do Século XX?	51
3.4. A Constituição Econômica e a Constituição Dirigente	53
3.5. A Estrutura da Constituição Econômica de 1988	57
3.6. A Batalha pela Constituição Econômica	76
CAPÍTULO 4 – POLÍTICA ECONÔMICA E DIREITO ECONÔMICO	83
4.1. Introdução	83
4.2. As Origens da Noção de Política Econômica	84
4.3. Política Econômica e Direito Econômico	90
4.4. A Política Econômica na Constituição de 1988	95
4.5. A Crise da Política Econômica	99
CAPÍTULO 5 – O ESTADO PROMOTOR DO DESENVOLVIMENTO	105
5.1. Histórico das Teorias do Desenvolvimento	105
5.2. Desenvolvimento ou Modernização?	112
5.3. O Estado Desenvolvimentista	115
5.4. Desenvolvimento e Políticas Públicas	117
5.5. A Retomada do Debate sobre o Desenvolvimento	124

## CONSTITUIÇÃO ECONÔMICA E DESENVOLVIMENTO

CAPÍTULO 6 – DIREITO ECONÔMICO E A REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS FEDERATIVAS NO BRASIL	129
CAPÍTULO 7 – CONSTITUIÇÃO ECONÔMICA E DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA	143
CAPÍTULO 8 – A INICIATIVA ECONÔMICA NA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1988	151
CAPÍTULO 9 – O DEVER CONSTITUCIONAL DE TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	177
CAPÍTULO 10 – O TRABALHO NA ORDEM ECONÔMICA CONSTITUCIONAL	189
CAPÍTULO 11 – A REFORMA DO ESTADO NO BRASIL: MAIS DO MESMO?	201
11.1. As Tentativas de Reforma da Administração Pública	201
11.2. A Reforma Administrativa de 1967	205
11.3. A Permanência da Estrutura Administrativa do Regime Militar sob a Constituição Democrática de 1988	210
11.4. A “Reforma do Estado” dos Anos 1990	212
11.5. A Proposta de Emenda Constitucional nº 32, de 2020: A Administração dos Cupons	220
CAPÍTULO 12 – ESTADO, PLANEJAMENTO E DIREITO PÚBLICO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO	227
12.1. O Planejamento e Sua Natureza Jurídica	227
12.2. A Experiência do Planejamento no Brasil	230
12.3. Os Obstáculos ao Planejamento I: A Estrutura Administrativa	237
12.4. Os Obstáculos ao Planejamento II: A Redução do Planejamento ao Orçamento	239
12.5. A Crise do Estado Brasileiro e a Crise do Planejamento	242
CAPÍTULO 13 – SOBERANIA ECONÔMICA E REGIME JURÍDICO DO CAPITAL ESTRANGEIRO NO BRASIL	245
CAPÍTULO 14 – INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO	255

<b>CAPÍTULO 15 – A ILEGALIDADE DA ATUAÇÃO DO CADE NO SETOR DE REFINO DE PETRÓLEO</b>	<b>265</b>
15.1. Política Econômica e Defesa da Concorrência	265
15.2. A Vinculação do CADE à Legalidade	269
15.3. O Monopólio Estatal do Refino	277
<b>CAPÍTULO 16 – CONSTITUIÇÃO E SUPERAÇÃO DAS DESIGUALDADES REGIONAIS</b>	<b>285</b>
16.1. O Desenvolvimento Desigual no Brasil e os Institutos Constitucionais para a Superação dos Desequilíbrios Regionais	285
16.2. A Constitucionalização das Regiões e o Federalismo Regional	296
16.3. O Desenvolvimento e a Redução das Desigualdades Regionais como Objetivo da República (Artigo 3º da Constituição) e o seu Significado Concreto	301
<b>CAPÍTULO 17 – A CONSTITUIÇÃO DE 1988 E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO BRASIL</b>	<b>315</b>
17.1. Introdução	315
17.2. A SUDENE e o Federalismo Brasileiro	316
17.3. A Ditadura Militar e a Redução da Política de Desenvolvimento Regional aos Incentivos Fiscais	319
17.4. Avanços e Recuos sob a Constituição de 1988	326
17.5. Uma Nova Oportunidade Perdida?	332
<b>CAPÍTULO 18 – A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE</b>	<b>337</b>
18.1. Considerações Iniciais	337
18.2. O Regime Liberal de Propriedade e o Código Civil de 1916	338
18.3. A Relativização e a Funcionalização Social da Propriedade	342
18.4. Antecedentes Ibéricos e Coloniais: As Sesmarias	348
18.5. O Império e a Lei de Terras	356
18.6. A República Velha e a Constituição de 1891	362
18.7. Reforma Agrária e Direito de Propriedade: Avanços e Retrocessos entre 1930 e 1985	367
18.8. A Propriedade na Constituição de 1988: O Debate Atual	376
18.9. Propriedade e Reforma Urbana	379
18.10. Propriedade e Reforma Agrária	384
<b>CAPÍTULO 19 – A ORDEM ECONÔMICA CONSTITUCIONAL E A POLÍTICA AGRÍCOLA</b>	<b>393</b>

## CONSTITUIÇÃO ECONÔMICA E DESENVOLVIMENTO

<b>CAPÍTULO 20 – CIÊNCIA E INOVAÇÃO SOB A CONSTITUIÇÃO DE 1988</b>	<b>405</b>
20.1. A Estruturação Constitucional da Ciência e da Tecnologia no Brasil	405
20.2. Um Exemplo Paradigmático: A Lei de Informática e o Conceito de Empresa Brasileira de Capital Nacional	409
20.3. O Mercado Interno como Patrimônio Nacional	416
20.4. O Ordenamento Jurídico da Inovação	423
20.5. Inovação, Defesa da Concorrência e Política Industrial	426
<b>CAPÍTULO 21 – COVID-19, O DIREITO ECONÔMICO E O COMPLEXO INDUSTRIAL DA SAÚDE</b>	<b>431</b>
<b>CAPÍTULO 22 – A PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E O DIREITO ECONÔMICO: UMA APROXIMAÇÃO</b>	<b>449</b>
22.1. Revolução Tecnológica e Economia da Informação: Da Computadorização ao Big Data	449
22.2. A Proteção aos dados pessoais como parâmetro da economia informacional	453
22.3. Proteção de Dados Pessoais: Referências Internacionais	456
22.4. A Proteção de Dados no Brasil na LGDP (Lei nº 13.709, de 14 de Agosto de 2018)	458
<b>CAPÍTULO 23 – A SOBERANIA ECONÔMICA E O DESMONTE DO ESTADO NO BRASIL</b>	<b>467</b>
<b>FONTES DOS TEXTOS</b>	<b>481</b>